



São Paulo, 05 de dezembro de 2023
Pres. F000527

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, como Entidade representativa da indústria de São Paulo, apoia a força-tarefa criada para a aprovação da chamada “agenda verde” pelo Congresso Nacional. Entretanto, manifesta sua apreensão em relação à forma de financiamento dessas políticas públicas que intentam alavancar a transição energética no Brasil, pois causarão impacto significativo no setor produtivo.

Em especial, o PL 11.247/2018, que trata da Política Nacional para o desenvolvimento da fonte eólica *offshore*, sob relatoria do Deputado Zé Vitor (PL/MG), incorporou diversas iniciativas alheias ao objeto do PL. O texto aprovado na Câmara dos Deputados prorroga subsídios e cria custos extraordinários para os consumidores, em particular para o setor produtivo.

Interessa destacar que, segundo estudo realizado pelo Instituto Acende Brasil e a consultoria PwC, em 2022 o peso dos encargos setoriais e dos impostos sobre a energia foi de 48,1%. Desses, 15,2% são relativos aos encargos. Para se ter uma ordem de grandeza, o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2023, principal encargo do setor elétrico, foi de R\$ 35 bilhões.

O excesso de benefícios no setor elétrico é reconhecido como empecilho à competitividade do país, pois se reflete em Custo Brasil. Aumentar o nível de subsídios vai na contramão da esperada modernização do setor.

A pauta de transição energética é estratégia para o mundo. O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e um enorme potencial para a produção de energia renovável a ser explorado. Este é um diferencial formidável para o país.

Para o atendimento dos compromissos do Brasil em relação ao Acordo de Paris o controle do desmatamento é essencial, mas não suficiente. Por isso são necessárias outras ações para reduzir as emissões de Gases de Efeito



Estufa e combater as mudanças climáticas. Porém, este é um caminho que deve ser trilhado com especial atenção à agenda da competitividade, em linha com avanços recentes, como foi o caso da Reforma Tributária – tema que contou com importante e decisiva contribuição do Congresso Nacional.

Políticas públicas dessa magnitude precisam ser embasadas em estudos que comprovem sua eficácia para o bem-estar social. A sustentabilidade econômica, social e ambiental deve prevalecer. Todavia, a inclusão de benefícios, a nosso ver injustificados e sem a devida consideração de seus impactos pode criar desequilíbrios prejudiciais ao país.

Neste sentido, a FIESP se coloca à disposição para colaborar com o Senado Federal, com o intuito de promover diálogos com a sociedade e desenvolver estudos técnicos sobre esses assuntos.

Não podemos impingir ao setor produtivo e à sociedade brasileira o fardo de financiar a transição energética sem, por exemplo, a devida contrapartida dos países que mais degradam o meio ambiente e contribuem para o aumento da temperatura do planeta. É natural (e esperado) que esses países patrocinem a descarbonização, seguindo o princípio do poluidor pagador.

O contrário, com a criação de subsídios internos, haverá a oneração da cadeia de produção e aumento do custo de vida da população. Além de gerar inflação, perde-se em competitividade no mercado globalizado, deixando de aproveitar a vantagem criada ao longo dos anos em relação à energia limpa.

Reiteramos nosso total apoio às políticas voltadas à transição energética e ao aumento das fontes renováveis na matriz energética brasileira. Entretanto, chamamos a atenção de Vossa Excelência no sentido de vedar a inclusão de novos subsídios, encargos adicionais e demais obrigações suportadas pelos consumidores de energia elétrica.

Nesta oportunidade, renovo votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente